



**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

**CONCURSO PÚBLICO**

**APLICAÇÃO: 2021**

**TARDE**

**CADERNO DE PROVAS  
OBJETIVAS E DISCURSIVA**

**OBSERVAÇÕES:**

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

0(XX) 61 3448-0100 | [www.cebraspe.org.br](http://www.cebraspe.org.br) | [sac@cebraspe.org.br](mailto:sac@cebraspe.org.br)



**O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!**

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

- 1 Nova Iorque já foi vista como uma das metrópoles  
4 mais perigosas do mundo. Em 1990, alcançou seu pico de  
7 homicídios: 2.262 em um ano, média de 188 por mês. Mas  
10 esse cenário mudou, e a cidade apresentou uma das  
maiores reduções de crimes registradas nos EUA.
- Uma das medidas adotadas pela prefeitura de Nova  
7 Iorque ficou conhecida como “janelas quebradas” e previa  
o combate a crimes pequenos e a prevenção do  
vandalismo, para impedir uma espiral de violência que  
10 levasse a crimes mais graves.
- Para alguns observadores, entretanto, o modelo da  
“janela quebrada” foi superestimado. O mais importante,  
13 dizem, foi identificar focos de criminalidade para  
concentrar, ali, ação preventiva. Foi possível assinalar  
áreas pequenas onde criminosos mais atuavam, onde se  
16 sabia que crimes iam ocorrer.
- O ex-policia Tom Reppetto sugere que essas áreas  
tenham presença visível e constante da polícia. As  
19 patrulhas preventivas — e em grande número — em focos  
de crime foi essencial para reduzir a violência. “O crime é  
mais situacional do que se pensa, inclusive homicídios.  
22 Com a patrulha policial, pessoas que iam cometer crimes  
simplesmente foram fazer outra coisa”, afirma outro  
especialista, Frank Zimring.
- 25 Outra medida que teve papel importantíssimo foi a  
implementação de cortes (tribunais), nos anos 90, para  
tratar de crimes menores, mediar conflitos comunitários e  
28 casos de violência doméstica e para lidar com usuários de  
drogas. A ideia é evitar que esses conflitos evoluam e  
aumentar a confiança dos cidadãos no sistema judiciário e  
31 político.
- Internet: <www.bbc.com > (com adaptações).
- No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto  
precedente, julgue os próximos itens.
- 1 Seria mantida a correção gramatical do período caso a  
locução “iam ocorrer” (ℓ.16) fosse substituída por **ocorriam**  
ou **ocorreriam**, mas apenas a substituição por **ocorreriam**  
preservaria a ideia original do texto.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. A locução “iam ocorrer” equivale, a  
rigor, à forma **ocorriam** e, por isso, a substituição por esta forma  
manteria a correção gramatical. Entretanto, o sentido, no contexto, é  
de hipótese, equivalente ao futuro do pretérito. Assim a substituição  
por **ocorreriam** manteria tanto a correção quanto o sentido original.  
Dado o sentido do emprego da locução, a substituição pelo pretérito  
perfeito alteraria o sentido ao dar uma ideia de ação reiterada no  
passado, ausente no original.
- 2 As formas verbais “dizem” (ℓ.13) e “afirma” (ℓ.23) foram  
empregadas com o mesmo objetivo: fazer referência às  
palavras de um interlocutor.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Apenas a forma verbal “afirma” foi  
empregada para fazer referência às palavras de um interlocutor, que  
parecem no texto entre aspas. A forma verbal “dizem” compõe uma  
oração justaposta cujo objetivo é fazer um esclarecimento a respeito  
do que se afirma no período, em referência a “alguns  
observadores”.
- 3 A correção gramatical do texto seria mantida caso a vírgula  
empregada logo após “mudou” (ℓ.4) fosse suprimida.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. A vírgula, empregada para separar  
duas orações coordenadas pela conjunção “e”, é opcional.
- 4 No trecho “e previa o combate a crimes pequenos e a  
prevenção do vandalismo” (ℓ. 7 a 9), o “a”, em ambas as  
ocorrências, classifica-se como preposição e seu emprego  
deve-se à presença da palavra “combate”.  
JUSTIFICATIVA - Errado. Apenas em sua primeira ocorrência o  
“a” classifica-se como preposição e decorre do emprego de  
“combate”. Na segunda ocorrência, classifica-se como artigo e  
introduz o segundo membro da coordenação que complementa o  
verbo **prever**.
- 5 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais  
do texto, o trecho “Outra medida que teve papel  
importantíssimo foi a implementação de cortes (tribunais),  
nos anos 90, para tratar de crimes menores, mediar conflitos  
comunitários e casos de violência doméstica e para lidar com  
usuários de drogas.” (ℓ. 25 a 29) poderia ser reescrito da  
seguinte forma: Outra medida cujo papel foi muito  
importante foi a implantação, nos anos 90, de cortes  
(tribunais) para tratar de crimes menores, mediar conflitos  
nas comunidades e casos de violência doméstica e lidar com  
usuários de drogas.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. O emprego do cujo mantém a relação  
da oração adjetiva com o sentido de posse; o deslocamento da  
locução adverbial não altera seu escopo; implantação é sinônimo de  
implementação; a supressão de **para** não prejudica a correção, uma  
vez que o primeiro **para** que aparece no período é suficiente para  
estabelecer a relação entre a oração anterior e todos os membros da  
enumeração.

1 Há violências da moral patriarcal que instauram a  
solidão; outras marcam a lei no corpo das mulheres —  
4 assim sobrevive Maria da Penha; outras aniquilam a vida,  
como é a história de mulheres assassinadas pela fúria do  
gênero. Entre 2006 e 2011, o Instituto Médico Legal do  
7 Distrito Federal foi o destino de 81 mulheres mortas pelo  
gênero. Foram 337 mortes violentas de mulheres que  
chegaram ao IML. Dessas, somente 180 processos judiciais  
10 foram localizados, dos quais 81 eram de violência  
doméstica. Muitas delas saíram do espaço da casa como  
asilo (“lugar onde ficam isentos da execução das leis os  
13 que a ele se recolhem”) para o necrotério. Essas mulheres,  
as verdadeiras testemunhas de como a moral patriarcal  
inscreve nos corpos a sentença de subordinação, são  
16 anônimas e não nos contam suas histórias em primeira  
pessoa. Acredita-se poder biografá-las por diferentes  
gêneros de discurso — um deles é o texto penal. As  
19 mulheres mortas pelo gênero não retornarão pela  
instauração de uma nova ordem punitiva, o feminicídio,  
mas acredita-se que a nomeação de seu desaparecimento  
22 seja uma operação de resistência: o nome facilitaria a  
esfera de aparição da mulher como vítima.

Débora Diniz. *Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista*. In: *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014 (com adaptações).

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os próximos itens.

- 6 O principal objetivo do texto é alertar as mulheres sobre a violência letal cometida contra elas no ambiente doméstico.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O principal objetivo do texto é chamar a atenção para a necessidade de nominar o assassinato cometido contra mulheres devido a questões de gênero, o que não se limita ao ambiente doméstico, embora ela use o exemplo do assassinato de mulheres vítimas de violência doméstica para fundamentar seu ponto de vista.
- 7 No texto, a autora discorre sobre aspectos positivos trazidos pela então recém-sancionada lei que pune o assassinato de mulheres.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A autora discorre sobre os aspectos positivos que serão trazidos por uma possível aprovação da Lei dos Feminicídios. Os tempos verbais, como o futuro do pretérito, denotam que, quando da escrita do texto, a lei ainda não havia sido aprovada: “o nome facilitaria a esfera de aparição da mulher como vítima”.
- 8 No trecho “Muitas delas saíram do espaço da casa como asilo (‘lugar onde ficam isentos da execução das leis os que a ele se recolhem’) para o necrotério” (ℓ. 10 a 12), a definição de asilo é um recurso utilizado para fazer referência direta à impunidade associada aos crimes contra as mulheres “assassinadas pela fúria do gênero” (ℓ. 4 e 5).  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Essa interpretação extrapola os sentidos do texto. Não é possível afirmar que ela usou o vocábulo “asilo” e uma de suas acepções para fazer referência direta à impunidade dos homens que cometem violência doméstica e ficam impunes.
- 9 O texto é predominantemente argumentativo e um dos elementos principais em que se esteia é a evidência das provas, que se apresenta por meio de fatos comprovados por dados estatísticos.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Na argumentação, procura-se principalmente formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está com o autor (ou falante), de que ele é quem está de posse da verdade. No texto, está presente a evidência das provas: os fatos propriamente ditos (o assassinato de mulheres) e os dados estatísticos, que são os números apresentados.

- 10 Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, o vocábulo “assim” (ℓ.3) poderia ser substituído por **desse modo**.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. No contexto apresentado, o termo “assim” foi empregado como advérbio, significando “deste, desse ou daquele modo; com características semelhantes; de natureza igual”. Assim, a substituição por **desse modo** não acarreta prejuízo nem para o sentido nem para a correção gramatical do texto.
- 11 O termo “pelo gênero” (ℓ. 6 e 7) veicula o agente da ação de matar.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O termo veicula a causa, podendo a contração “pelo” ser substituída por **em decorrência do**. Falta à palavra “gênero” o traço agentivo necessário para que possa ser interpretada como o agente.
- 12 Conclui-se do texto que 157 processos judiciais relativos a mortes violentas de mulheres no DF desapareceram enquanto tramitavam na justiça.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Não há elementos no texto que permitam tal conclusão. A informação nele veiculada é a de que nem todas as mortes violentas de mulheres têm processo judicial correspondente.
- 13 A autora defende que, ao se nominarem como feminicídio certos tipos de homicídio contra mulheres, coloca-se em evidência a situação feminina de vítima em um contexto em que as mulheres são tratadas de forma desigual em relação aos homens.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. A autora defende que o nome feminicídio dá visibilidade à mulher como vítima, no contexto patriarcal, em que predomina a autoridade masculina, conforme fica claro ao longo do texto.
- 14 Seria mantida a correção gramatical do texto caso se inserisse o vocábulo **que** logo após a palavra “outras”, em suas duas ocorrências, nas linhas 2 e 3.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Por paralelismo, pode-se considerar que há elipse do trecho “Há [outras] violências que”.
- 15 No último período do texto, a oração “que a nomeação de seu desaparecimento seja uma operação de resistência” exerce a função de complemento da forma verbal “acredita”, cujo sujeito é indeterminado, conforme comprova o emprego da partícula “se”.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O verbo foi empregado na acepção de pensar, sem convicção ou certeza; achar, supor, em que se classifica como transitivo direto. Trata-se, portanto, de voz passiva sintética, e a oração substantiva subsequente exerce a função de sujeito.

Espaço livre

1 Fernando arrancou o paletó no auge da impaciência e perguntou com voz esganiçada se eu pretendia ficar a noite inteira ali de estátua enquanto ele teria que encher o tanque naquela escuridão de merda porque ninguém lhe passava o raio da lanterna.

— Onde está a lanterna?

7 — Mas onde poderia estar a lanterna senão no porta-luvas, a princesa esqueceu?

Através do vidro, a estrela maior (Vênus) pulsava reflexos azuis. Gostaria de estar numa nave, mas com o motor desligado, sem ruído, sem nada. Quieta. Ou neste carro silencioso mas sem ele. Já fazia algum tempo que eu queria estar sem ele, mesmo com o problema de ter acabado a gasolina.

16 — As coisas ficariam mais fáceis se você fosse menos grosso — eu disse, entreabrindo a mão e experimentando a lanterna no pedregulho que achei na estrada.

19 — Está bem, minha princesa, se não for muito incômodo, será que poderia me passar a lanterninha?

Quando me lembro dessa noite (e estou sempre lembrando) me vejo repartida em dois momentos: antes e depois. Antes, as pequenas palavras, os pequenos gestos, os pequenos amores culminados nesse Fernando, aventura medíocre de gozo breve e convivência comprida. Se ao menos ele não fizesse aquela voz para perguntar se por acaso alguém tinha levado a sua caneta. Se por acaso alguém tinha pensado em comprar um novo fio dental, este estava no fim. Não está, respondi, é que ele se enredou lá dentro, se a gente tirar esta plaqueta (tentei levantar a plaqueta) a gente vê que o rolo está inteiro mas enredado e quando o fio se enreda desse jeito, nunca mais!, melhor jogar fora e começar outro rolo. Não joguei. Anos e anos tentando desenredar o fio impossível, medo da solidão? Medo de me encontrar quando tão ardentemente me buscava?

Lygia Fagundes Telles. *Noturno Amarelo*. In: *Mistérios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente.

16 Nessa narração, a personagem, com base em lembranças e em impressões do seu passado, reconstrói cenas fragmentárias das violências psicológicas a que seu relacionamento com Fernando se resumia.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. No texto, a personagem recorre a lembranças para reconstruir uma cena, não cenas fragmentárias, das violências simbólicas que, a partir de certo tempo, passou a ser vítima no seu relacionamento. As impressões do passado denotam que, no início, antes, havia “as pequenas palavras, os pequenos gestos, os pequenos amores culminados nesse Fernando, aventura medíocre de gozo breve e convivência comprida”. Por isso, não é possível afirmar que as lembranças e impressões do passado se referem a uma violência simbólica incessante.

17 O fio dental enredado é usado pela personagem como metáfora para denotar não só o nível de desgaste do seu relacionamento infeliz, mas também para explicitar sua passividade diante de tal fato.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O fio dental enredado denota tanto que o casamento está desgastado quanto denota que, ao não jogar esse rolo fora e começar de novo, ela se mantém passiva diante dessa situação.

18 No trecho “Se por acaso alguém tinha pensado em comprar um novo fio dental” (l. 27 e 28), a partícula “Se” introduz uma oração interrogativa indireta.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Nesse caso, o “Se” introduz oração subordinada substantiva que complementa um verbo interrogativo (elíptico).

19 Os sentidos originais e a correção gramatical do texto seriam preservados se o vocábulo “esganiçada” (l.2) fosse substituído por **estridente**.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O verbo esganiçar tem como acepção tornar (a voz) estridente, um pouco como o ganido de um cão.

20 No trecho “Quando me lembro dessa noite” (l.21), a correção gramatical seria mantida caso o pronome “me” fosse deslocado para imediatamente após a forma verbal “lembro”, da seguinte forma: Quando lembro-me dessa noite.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Nesse caso, o verbo perde sua força enclítica pela anteposição da partícula “Quando” (uma conjunção subordinativa temporal) ao verbo, o que, para efeito de eufonia, atrai o pronome oblíquo.

21 Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados se as locuções verbais “tinha levado” (l.27) e “tinha pensado” (l.28) fossem substituídas pelas formas verbais **levara** e **pensara**, respectivamente.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A substituição das locuções verbais “tinha levado” e “tinha pensado” pelas formas verbais *levara* e *pensara*, que estão flexionadas no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, não alteram os sentidos nem a correção gramatical do texto.

22 O emprego de “princesa” (l. 8 e 19) no tratamento que Fernando dispensa à narradora comprova que ele a ama, embora aja de maneira grosseira algumas vezes.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Não há elementos no texto que permitam comprovar o amor de Fernando pela narradora, podendo o emprego de “princesa” ser interpretado, no contexto da irritação descrita, como uma forma irônica.

Espaço livre

1 In Hollywood, a typical medium-sized town in the  
 2 American state of Florida, the Police Department (PD)  
 3 values the development of its community's youth. The  
 4 agency recognizes the importance of raising young people  
 5 to become upstanding, law-abiding citizens. The town  
 6 serves as home to over 20,000 youth, some of whom live  
 7 in underprivileged areas and need positive role models.

8 Officers identified this hardship and began making  
 9 a difference in many kids' lives when the department  
 10 established its Cops Mentoring Kids program during the  
 11 2015-2016 academic year. This initiative connects police  
 12 officers who serve as mentors with at-risk students in local  
 13 schools.

14 Mentoring provides an avenue to change future  
 15 generations' mind-sets. Countering and preventing  
 16 recruitment efforts by criminal organizations should  
 17 concern everyone. Adolescents trying to find their place in  
 18 the world become most vulnerable to enticement by these  
 19 groups. Building young people's self-esteem and values  
 20 provides resilience against criminal predators' misguidance.

Internet: < <https://leb.fbi.gov> > (adapted).

Based on the text presented above, judge the following items.

23 In the first paragraph, "values" (l.3), "recognizes" (l.4) and "serves" (l.6) refer to things done by the Police Department of Hollywood.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Embora os dois primeiros verbos estejam ligados ao departamento de polícia, que também é chamado de "agency" no parágrafo, o terceiro verbo, "serves" tem como sujeito a cidade e não o departamento de polícia.

24 The expression "this hardship" (l.8) refers to information presented in the end of the first paragraph: the fact that many young people live in the town's urban area.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A dificuldade ou problema identificado pelo departamento de polícia a que a expressão mencionada no item se relaciona tem a ver com o fato de que muitos dos 20.000 jovens da cidade vivem em áreas economicamente desfavorecidas e precisam de modelos de comportamento. Não tem relação com o fato de muitos jovens viverem na área urbana da cidade.

25 The expression "Cops Mentoring Kids" (l.10) is the name of the program created by the students of local schools and the Police Department.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A expressão entre aspas é o nome do programa, mas esse programa não foi criado pelos alunos das escolas municipais. De acordo com o texto, foi criado pelo departamento de polícia para o trabalho com os alunos em situação de risco dessas escolas.

26 In line 5, the expressions "upstanding" and "law-abiding" are used to describe the kind of citizens the Police Department wants young people to become.

JUSTIFICATIVA - CERTO. São expressões de sentido aproximado, usadas no texto em ligação com o tipo de cidadão que o departamento de polícia quer que os jovens da comunidade sejam na vida adulta.

27 It can be concluded from the text that working to raise young people's self-esteem and values is a way to stop these people from becoming criminals.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O texto faz essa conexão no terceiro parágrafo, ligando a atividade de "mentoring" com o aumento da autoestima e dos valores dos jovens e afirmando que isso ajuda a prevenir o recrutamento dos jovens por organizações criminosas.

1 The same nerves involved in the fight-or-flight  
 2 response can cause permanent damage to the cells  
 3 responsible for producing hair color in mice, scientists  
 4 have found. There is some truth to the longstanding  
 5 anecdote that your locks can lose color when you're  
 6 stressed.

7 A team of researchers has found that in mice,  
 8 stressful events damage the stem cells that are responsible  
 9 for producing pigment in hair. These stem cells, found near  
 10 the base of each hair follicle, differentiate to form more  
 11 specialized cells called melanocytes, which generate the  
 12 brown, black, red and yellow hues in hair and skin. Stress  
 13 makes the stem cells differentiate faster, exhausting their  
 14 number and resulting in strands that are more likely to be  
 15 transparent — gray.

16 The study also found that the sympathetic nervous  
 17 system, which prepares the body to respond to threats,  
 18 plays a major role in the graying process. "Normally, the  
 19 sympathetic nervous system is an emergency system for  
 20 fight or flight, and it is supposed to be very beneficial or, at  
 21 the very least, its effects are supposed to be transient and  
 22 reversible," said Ya-Chieh Hsu.

23 Stress affects the whole body, so the researchers  
 24 had to do some investigation to figure out which  
 25 physiological system was conveying its effects to hair  
 26 follicles. The findings provide the first scientific link  
 27 between stress and hair graying. The new study is an  
 28 important step toward understanding the role of stress on  
 29 various tissues.

Internet: < [www.nytimes.com](http://www.nytimes.com) > (adapted).

Concerning the text above, judge the items below.

28 The common-sense belief according to which a person's hair can turn gray when he or she is stressed is something new.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. No primeiro parágrafo, o texto diz que existe uma crença antiga (*longstanding anecdote*) que as mechas de uma pessoa podem perder a cor quando ele/ela está estressado(a).

29 Before the study mentioned in the text, a connection between stress and hair graying had never been found in science.

JUSTIFICATIVA - CERTO. É dito no 4.º parágrafo que as descobertas fornecem a primeira correlação científica entre o estresse e o "embranquecimento" do cabelo.

30 Melanocytes are hair follicles which create different color shades in hair and skin.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. É dito no 2.º parágrafo que os melanócitos são células especializadas formadas na base de cada folículo capilar. Sendo assim, são células e não os próprios folículos.

31 The word "likely" (l.14) conveys the idea of probability.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A palavra "likely" significa "provável" ou "provavelmente".

32 The effects of the sympathetic nervous system are permanent regarding the fight-or-flight response, but not regarding the graying process.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os efeitos do sistema nervoso simpático são transitórios ("transient", 3.º parágrafo) e não permanentes.

No que concerne aos aspectos geográficos, políticos e econômicos do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

- 33** Brasília é apontada como uma das três metrópoles nacionais mais importantes no Brasil, e sua influência urbana direta estende-se por uma larga porção do território nacional, alcançando os estados de Minas Gerais e de Goiás.

**JUSTIFICATIVA – CERTO.** Brasília é a terceira metrópole nacional, logo depois de São Paulo e Rio de Janeiro, e sua influência urbana estende-se por diversos territórios de estados do país, inclusive, e principalmente, MG e GO, com as cidades da RIDE.

- 34** É correto afirmar que, no contexto nacional, Brasília apresenta-se como centro polarizador, considerando-se aspectos como supremacia na gestão pública federal, renda, densidade populacional, grau de urbanização, coesão interna da área (dada pelos deslocamentos da população em função dos serviços) e acesso ao mercado de trabalho.

**JUSTIFICATIVA – CERTO.** Brasília é centro polarizador nacional em virtude de algumas variáveis, entre as quais aquelas listadas no item.

- 35** A RIDE foi criada com a finalidade de solucionar os problemas advindos do crescimento desordenado de Brasília e seu entorno.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** As regiões integradas de desenvolvimento constituem um modo de associação entre unidades da federação. Possuem, basicamente, dois objetivos principais: a) acelerar o desenvolvimento econômico da região; b) reduzir as desigualdades sociais. Com base nessas premissas, a Lei Complementar n.º 94, de 1998, instituiu a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Sendo assim, a RIDE tem como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional. Visa reduzir as desigualdades regionais causadas pela alta concentração urbana decorrente do fluxo migratório entre o Distrito Federal e os municípios vizinhos, que gerou um crescimento desordenado da região. Fazem parte da RIDE o Distrito Federal e alguns municípios pertencentes aos estados de Goiás e Minas Gerais. No sentido de promover o desenvolvimento econômico da RIDE, a lei complementar autoriza o Poder Executivo a instituir um Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, o que foi feito em 2018.

A qualidade e a quantidade das águas foram fatores importantes para a determinação do local onde seria construída a capital do Brasil. A respeito desse assunto, julgue o item seguinte.

- 36** No Distrito Federal ocorre um fenômeno hidrográfico de dispersão de águas atípico, pois nele encontram-se nascentes de rios que pertencem a três bacias hidrográficas distintas.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O fenômeno hidrográfico encontrado no DF corresponde à dispersão das águas, porém, ocorre quando a água flui, a partir de um mesmo ponto, para lados opostos. Trata-se de águas emendadas. O nome águas emendadas foi atribuído devido ao fato de haver, em seu interior, uma nascente que origina dois córregos que vão a direções opostas. Trata-se dos Córregos Brejinho e Vereda Grande, que têm, respectivamente, suas águas escoando rumo ao Rio Paraná e ao Rio Tocantins. Eles cooperam para a formação das duas maiores bacias hidrográficas da América Latina, que são a Platina e a Amazônica.

A respeito da organização do espaço rural no Distrito Federal, julgue o próximo item.

- 37** O Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF) levou à formação de uma grande área de produção moderna de grãos, o que transformou o DF em um polo indutor de desenvolvimento agrícola.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF) foi um projeto elaborado e implementado a partir de 1977 pelo governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Agricultura e Produção. O PAD/DF foi a primeira e mais importante vitrine das potencialidades e possibilidades agrícolas do cerrado brasileiro, constituindo-se no mais bem sucedido programa de colonização e reforma agrária do país e cumprindo o papel da nova capital da República, de interiorizar e integrar o desenvolvimento. A região é a principal produtora de grãos (soja, feijão, milho, trigo) e de pecuária, além de áreas destinadas ao cultivo de hortifrutigranjeiros e avicultura.

O território do Distrito Federal é um mosaico morfológico. Brasília não foi construída em território virgem: os núcleos urbanos de Planaltina (século XIX) e de Brazlândia (anos 30 do século XX) e sedes isoladas de fazendas preexistiram à edificação da nova capital. O modernismo clássico de Brasília, de início, contrastou com o vernáculo de construções seculares.

Frederico Holanda. UnB, 2019 (com adaptações).

Tendo o texto apresentado como referência inicial, julgue o item seguinte a respeito dos assentamentos vernaculares.

- 38** Os núcleos urbanos de Planaltina e Brazlândia, preexistentes à construção de Brasília e à constituição do atual Distrito Federal, são cidades históricas nas quais o poder público impôs restrições à urbanização com vistas à preservação de seu patrimônio histórico.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Planaltina e Brazlândia foram, até 1960, pequenas cidades de apoio ao meio rural goiano, configuradas como o espaço brasileiro tradicional. A construção de Brasília transformou-as em cidades-satélites, a elas anexando grandes áreas para moradia de egressos de favelas e transformando-as em cidades dormitórios. Nelas passaram a conviver dois tipos de habitantes e de organização morfológica, implicando diferentes possibilidades funcionais, interativas e informativas.

Espaço livre

No que se refere ao Regime Jurídico dos Funcionários Policiais Civis da União e do Distrito Federal, ao Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal e à carreira de policial civil do Distrito Federal, julgue os itens que se seguem.

- 39** A função de escrivão de polícia é incompatível com qualquer outra atividade e o exercício de atividade liberal estranha à do cargo é considerado transgressão disciplinar grave, punível com suspensão de noventa dias.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O item está errado, pois a função policial é incompatível com qualquer outra atividade, sendo considerada transgressão disciplinar grave o exercício de atividade liberal estranha à de seu cargo, sujeita à pena de demissão, e não de suspensão, nos termos da Lei n.º 4.878/1965, arts. 4.º, 40, 43, 47 e 48
- 40** Policial civil preso em flagrante tem o direito à prisão especial durante o curso da ação penal e durante o cumprimento da pena determinada em sentença transitada em julgado, conforme o regime prisional.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O item está errado, pois o policial somente tem direito à prisão especial durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.
- 41** As atribuições da Divisão de Registros Criminais e Controle de Procedimentos incluem controlar o registro de tramitação de inquéritos policiais e termos circunstanciais na Polícia Civil e emitir relatórios mensais e anuais com mapas estatísticos desta atividade.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. O item está certo, pois a Divisão de Registros Criminais e Controle de Procedimentos tem como atribuição controlar registro de inquéritos policiais e termos circunstanciais, além da emissão de relatórios mensais e anuais com mapas estatísticos das atividades que desenvolve. Decreto n.º 30.490/2009, art. 18.
- 42** Ato próprio do diretor-geral da Polícia Civil do Distrito Federal pode permitir tanto a transferência quanto a ascensão funcional para a carreira de policial civil do Distrito Federal.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O item está errado, pois não são possíveis a transferência nem a ascensão funcional para a carreira de policial civil do Distrito Federal. Decreto-lei n.º 2.266/1985, art. 6.º.
- 43** A cessão de escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal para qualquer tribunal superior somente é permitida para o exercício de cargo em comissão cuja remuneração seja igual ou superior à de cargo DAS-101.4 ou equivalente.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. O item está certo, pois a cessão de escrivão da Polícia Civil para tribunal superior somente pode ocorrer para cargo em comissão cuja remuneração seja compatível com a de cargo DAS-101.4 ou equivalente. Lei n.º 9.264/1996, art. 3.º e art. 12-B.
- 44** A ouvidoria é órgão autônomo em relação aos demais órgãos da Polícia Civil do Distrito Federal, e tem como atribuição receber e controlar as comunicações de prisão em flagrante.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O item está errado, pois a ouvidoria não é autônoma, e sim subordinada à Corregedoria-Geral da Polícia, tendo a atribuição de receber e controlar as comunicações de prisão em flagrante à Divisão de Correição, e não à ouvidoria. Decreto n.º 30.490/2009, art. 11 e art. 17.

Durante a fase de instrução processual de determinada ação civil pública por improbidade administrativa, um réu, servidor público, foi afastado de suas funções por determinação judicial, para resguardar a instrução processual. Sobreveio julgamento de procedência dos pedidos e o réu foi, então, condenado à perda da função pública.

Tendo o caso em tela como referência, julgue os itens a seguir, à luz do disposto na Lei n.º 8.429/1992.

- 45** Dada a penalidade imposta ao réu, conclui-se que a conduta por ele praticada causou dano ao patrimônio público.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Para a aplicação da pena da perda da função pública não é necessário ter havido efetiva comprovação do dano financeiro ao erário, conforme art. 21 da Lei de Improbidade Administrativa – Lei n.º 8.429/1992. Só seria possível falar em efetiva comprovação de dano se a pena aplicada fosse de ressarcimento, que não é a hipótese cogitada no enunciado.
- 46** A perda da função pública só poderá ser efetivada após o trânsito em julgado da sentença.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Em conformidade com o art. 20, da Lei de Improbidade Administrativa – Lei n.º 8.429/1992.
- 47** É correto afirmar, com base na referida lei, que o agente público recebeu remuneração enquanto permaneceu afastado do exercício do cargo, por determinação judicial, para resguardar a instrução processual.  
JUSTIFICATIVA - CERTO, porque em conformidade com o art. 20, parágrafo único, da Lei de Improbidade Administrativa – Lei n.º 8.429/1992:

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Considerando o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal sobre a Polícia Civil do Distrito Federal, julgue os itens que se seguem.

- 48** São princípios institucionais da Polícia Civil do Distrito Federal a unidade, a indivisibilidade, a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a hierarquia funcional, a disciplina e a unidade de doutrina e de procedimentos.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Em conformidade com o art. 119 e seu parágrafo único, da LODF.
- 49** As atividades dos Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação têm natureza exclusivamente técnica e os dirigentes desses institutos são escolhidos entre os delegados de polícia de carreira.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os dirigentes dos Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação são escolhidos entre os integrantes do quadro funcional do respectivo instituto e as atividades desenvolvidas são consideradas de natureza técnico-científica, conforme art. 119, §§ 5.º e 8.º da LODF.
- 50** A independência funcional no exercício das atribuições de polícia judiciária é garantida aos delegados de polícia, aos agentes de polícia, aos agentes policiais de custódia e aos escrivães de polícia.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A independência funcional no exercício de atribuições de polícia judiciária é restrita aos delegados de polícia, conforme art. 119, § 4.º, da LODF. A independência funcional das demais categorias mencionadas no enunciado é diversa e estabelecida no § 15 do mesmo artigo, relacionada à elaboração e conteúdo de atos legais delegados ou próprios sob sua responsabilidade.

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Determinado cidadão norte-americano em férias em Brasília cometeu o crime de homicídio ao fugir da cena de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, supostamente por ele praticado. Após o crime, ele fugiu para o hotel onde se encontrava hospedado desde que chegou ao Brasil. Cinco minutos após ter adentrado em seu quarto, a polícia invadiu o local e conseguiu prendê-lo.

Considerando a jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir, a partir da situação hipotética precedente.

51 Por não ser residente no Brasil, o referido cidadão norte-americano não poderá suscitar a nulidade de julgamento por ofensa ao devido processo legal, direito fundamental previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A condição jurídica de não nacional do Brasil e a circunstância de o réu estrangeiro não possuir domicílio em nosso país não legitimam a adoção, contra o acusado, de qualquer tratamento arbitrário ou discriminatório. Precedentes: HC 94.016, rel. min. Celso de Mello, j. 16-9-2008, 2.ª T, DJE de 27-2-2009; HC 94.477, rel. min. Gilmar Mendes, j. 6-9-2011, 2.ª T, DJE de 8-2-2012; HC 72.391 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 8-3-1995, P, DJ de 17-3-1995; HC 94016/SP, rel. min. Celso de Mello, 16-9-2008. (HC-94016).

52 Nessa situação, o autor dos crimes não poderia alegar que a polícia violou o seu domicílio, uma vez que a garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar pode ser estendida a quartos de hotel.

JUSTIFICATIVA - CERTO. “Para os fins de proteção jurídica a que se refere o art. 5.º, inciso XI, da Constituição da República, o conceito normativo de ‘casa’ revela-se abrangente e, por estender-se a qualquer aposento de habitação coletiva, desde que ocupado (CP, art. 150, § 4.º, II), compreende, observada essa específica limitação espacial, os quartos de hotel. Doutrina. Precedentes” (RHC 90.376, rel. min. Celso de Mello, j. 3-4-2007, DJ, 18-5-2007)

53 Se for comprovado que o referido cidadão norte-americano praticou o crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ele poderá ser extraditado para o seu país de origem.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A extradição é o modo de entregar o estrangeiro ou, excepcionalmente, o brasileiro naturalizado ao outro Estado por delito nele praticado.

54 Considerando-se as competências das forças policiais constantes da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a ação policial narrada foi realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal, uma vez que ela é a responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública. Entretanto, a prisão poderia ter sido realizada pela polícia federal, que detém competência para prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Consoante estabelecido no art. 144, § 5.º, da Constituição Federal de 1988, é a polícia militar, e não a civil, a responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública.

55 Se ficar constatado que o assassinato cometido pelo referido cidadão norte-americano configura o crime de latrocínio, a competência para seu julgamento será do juiz singular.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular (Súmula n.º 603 do Supremo Tribunal Federal).

56 O crime de tráfico ilícito de entorpecentes é considerado imprescritível, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. JUSTIFICATIVA - ERRADO. Estabelece o art. XLIII da Constituição Federal que o crime tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, mas não o coloca como imprescritível.

57 Caso o referido cidadão norte-americano considere ilegal a sua prisão, ele próprio, mesmo sendo estrangeiro, poderá impetrar *habeas corpus* em face da autoridade coatora, sendo prescindível o patrocínio judicial por advogado nesse caso.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Qualquer do povo, nacional ou estrangeiro, independentemente de capacidade civil, política, profissional, de idade, sexo, profissão, estado mental, pode fazer uso do *habeas corpus*. A impetração do *habeas corpus*, pela própria parte, a seu favor ou de terceiro, conforme possibilita o ordenamento processual penal, não fere o disposto no art. 133 da Carta Magna, posto que esse dispositivo não obriga o patrocínio judicial por advogado.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988, julgue os itens seguintes.

58 Os fundamentos que regem o Brasil em suas relações internacionais inclui o repúdio ao racismo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme previsto expressamente no inc. VIII do art. 4.º da CF, a República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais pelos princípios do repúdio ao terrorismo e ao racismo.

59 A pena de morte é vedada em qualquer hipótese pela Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Em caso de guerra pode haver a aplicação de pena de morte, conforme previsto expressamente no inc. XLVII, alínea “a”, do art. 5.

60 A obrigação de identificação do responsável por conduzir o interrogatório do preso está expressamente prevista na Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Está previsto expressamente no art. 5.º, inc. LXIV o direito do preso em saber quem é o responsável pela sua prisão e interrogatório.

61 Em processo administrativo disciplinar, a falta de defesa técnica, por advogado, configura desrespeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A falta de defesa técnica por advogado não agride o contraditório e a ampla defesa, conforme já reconhecido de forma pacífica pelo STF a partir da edição da Súmula Vinculante n.º 5.

O mal infligido pela autoridade pública, sem condenação pública anterior, não deve ser classificado como punição, mas como ato hostil. Porque o ato devido ao qual se aplica a alguém uma punição deve primeiro ser considerado pela autoridade pública como transgressão da lei.

Thomas Hobbes. *O Leviatã* (1651). São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 264 (com adaptações).

Tendo o fragmento do texto precedente como referência, julgue o item a seguir.

**62** O texto apresentado faz referência ao princípio da irretroatividade da lei penal.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O princípio da irretroatividade da lei penal pode ser compreendido como um corolário do princípio da legalidade. Não há crime sem previsão legal e não há pena sem prévia cominação legal – cf. art. 1.º do CPB. Hobbes é frequentemente citado como, pelo menos, um dos primeiros a trabalhar tal ideia. O trecho indica que o mal infligido pelo Estado a alguém só pode ser considerado como legítima punição, e não como mero ato hostil, se realizada após a previsão em lei da conduta.

Jamil telefonou para Lurdes simulando o sequestro da neta dela. Ambos localizavam-se em Brasília – DF. Ludibriada, Lurdes enviou dinheiro à conta de Jorge, nascido e residente no Paraguai e comparsa de Jamil. Jorge foi condenado e cumpriu pena no estrangeiro pelos fatos narrados.

No que se refere a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

**63** Jamil praticou o crime de estelionato.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A conduta de Jamil configura o crime de extorsão (art. 158 do CPB) com a causa de aumento pelo concurso de pessoas. No estelionato, ao contrário da extorsão, a vítima não se percebe em uma situação criminosa e entrega o bem em razão do engano ou fraude, não porque se sente ameaçada.

**64** Jorge não poderá ser preso no Brasil pelos mesmos fatos.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** De acordo com o art. 8.º do CPB, há previsão de atenuação de pena quando um estrangeiro cumpre pena pelo mesmo crime em país que não o Brasil. Dessa forma, não há que se falar que Jorge não poderá ser preso no Brasil, pois isso dependerá da qualidade e da quantidade da pena cumprida no estrangeiro em comparação com sua condenação no Brasil pelos mesmos fatos.

**65** É correto afirmar que o crime relatado na situação em tela foi praticado tanto no Brasil quanto no Paraguai.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Na hipótese do enunciado, o crime, para efeitos de aplicação da lei penal, ocorreu tanto no Brasil como no Paraguai, porque a ação ocorreu no Brasil, mas produziu seu resultado (recebimento do dinheiro transferido) no Paraguai. Código Penal, art. 6.º.

Em cada um dos itens subsecutivos, é apresentada uma situação hipotética relativa a crimes contra a administração pública, seguida de uma assertiva a ser julgada.

**66** Denilson, artista de rua, vestiu-se, de forma jocosa e satírica, com distintivos e símbolos da Polícia Civil do Distrito Federal. Nessa situação, Denilson praticou o crime de desacato.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O crime de desacato exige o dolo do agente em menosprezar, ofender, humilhar, desprestigiar, o funcionário público que está no exercício da sua profissão ou em razão dela. Na hipótese, não está presente o dolo de desacatar um funcionário público, havendo mero *animus jocandi* ou, no máximo, intenção de crítica humorada à instituição policial. O intuito jocoso e satírico direcionado a uma instituição, além de estar respaldado pelo direito constitucional à liberdade de expressão, não configura, em nenhuma hipótese, crime contra a administração pública.

**67** Após ter sido roubada, Fabricia procurou uma delegacia, onde foi atendida por agente de polícia que exigiu da vítima certa quantia em dinheiro para proceder às diligências de praxe. Nessa situação, o agente praticou crime de concussão.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O crime de concussão é crime formal e se consuma no momento em que o funcionário público exige a vantagem indevida, independentemente de ter alcançado ou não seu intento. Código Penal, art. 316.

Acerca dos delitos contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

**68 Situação hipotética:** Determinado funcionário público que não tem atribuição para responsabilizar, após receber vantagem indevida, deixou de levar ao conhecimento da autoridade competente a infração cometida por subordinado no exercício do cargo. **Assertiva:** Nesse caso, o referido funcionário público incorreu em crime de condescendência criminosa.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Configura crime de corrupção passiva, e não condescendência criminosa, o funcionário público receber uma vantagem indevida em razão do cargo. Não se trata de condescendência criminosa, caso em que o agente deixa de praticar o ato por clemência, tão-somente.

**69** Configura crime de desobediência a oposição à execução de ato legal, emanado por funcionário público, mediante atitude negativa, sendo a pena privativa de liberdade prevista para tal crime mais branda que a prevista para o crime de resistência.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A resistência passiva é figura típica distinta do crime de resistência ativa. Em se tratando deste último, há emprego de violência ou grave ameaça para se opor à execução de ato legal, enquanto a desobediência se configura com a inexecução do ato sem o uso de *vis compulsiva* ou *vil corporalis*, de modo a receber a nomenclatura de “atitude gôndica” ou mediante uma conduta negativa. Em razão da ausência de violência ou grave ameaça, a pena do crime de desobediência é inferior à do crime de resistência. Código Penal, arts. 329 e 330.

No que se refere aos crimes contra o patrimônio, julgue os itens que se seguem.

**70** Em se tratando do crime de roubo impróprio, embora seja ele material e plurissubsistente, não se admite a tentativa, pois a consumação ocorre antes do emprego de grave ameaça ou violência.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O roubo impróprio se configura quando o agente, após a subtração da coisa, emprega grave ameaça ou violência para assegurar a coisa ou a impunidade do delito, não se admitindo a sua tentativa. Caso o agente não empregue violência ou grave ameaça, resta configurado o crime de furto. Caso contrário, roubo impróprio consumado. É uma hipótese excepcional, quando se trata de crime material (aquele que, para a consumação, exige-se o resultado naturalístico) e plurissubsistente (cuja conduta admite ser fracionada em atos). Ressalta-se que o roubo se consuma com a subtração da coisa. Por isso, o roubo impróprio não admite tentativa.

**71 Situação hipotética:** Carlos subtraiu para si, sem o consentimento de Mariana, sua esposa, a quantia de R\$ 4.000 depositados na caderneta de poupança que pertence exclusivamente a ela. **Assertiva:** Nessa situação, Carlos cometeu crime de furto, havendo consequente punibilidade.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Na constância do casamento, o cônjuge é isento de pena se praticar um delito sem violência ou grave ameaça contra o outro consorte, conforme se depreende da escusa absoluta descrita no art. 181, inciso I, do Código Penal. A doutrina majoritária entende não haver crime. Portanto, Carlos não cometeu crime de furto na situação hipotética em questão e, conseqüentemente, não há que se falar em punibilidade.

Em relação aos crimes contra a pessoa, julgue os próximos itens.

**72** O crime de lesão corporal leve cometido em situação de violência doméstica não configura um tipo penal autônomo, mas uma qualificadora do delito de lesão corporal, em decorrência da relação havida entre os sujeitos ativo e passivo do delito.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O crime de lesão corporal leve em situação de violência doméstica não é autônomo, e a circunstância é qualificadora do delito de lesão corporal, e não uma majorante. As circunstâncias qualificadoras do delito referem-se às relações domésticas ou familiares, de modo a alterar a pena abstrata no tipo penal do art. 129 do Código Penal.

**73** Constitui crime de calúnia imputar um fato ofensivo à reputação de uma pessoa, de modo a atingir a sua honra objetiva, consumando-se o delito quando a vítima toma conhecimento da imputação.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A calúnia se configura quando se imputar falsamente a alguém fato definido como crime. A imputação de um fato ofensivo à reputação de uma pessoa configura difamação. Os crimes de calúnia e de difamação atingem a honra objetiva e se consumam quando terceiros, e não a vítima, tomam conhecimento da imputação.

Odete filmou Januário, empresário famoso, em conversa com um político. Segundo Odete, no encontro filmado, Januário estaria oferecendo dinheiro ao político local em troca de vantagens indevidas em determinado processo licitatório. Sete dias após o ocorrido, ela veiculou o vídeo em suas mídias sociais. O vídeo alcançou alta projeção nos noticiários. Diante da repercussão, o político negou a propina e Januário apresentou-se espontaneamente em uma delegacia, acompanhado de seu advogado, para prestar esclarecimentos.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, a respeito do tema de inquérito policial.

**74** Durante o inquérito policial, dada sua natureza administrativa e inquisitorial, não se garantem o contraditório e a ampla defesa, razão por que o advogado de Januário não poderá requisitar diligências ou propor perguntas ao delegado.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Não só é permitido ao advogado requerer diligências, como há previsão legal nesse sentido, como no art. 7.º, XXI, da Lei n.º 8.906/1994. Nada impede, contudo, de haver negativa fundamentada do delegado em aceitar os requerimentos do advogado. A propósito, a simples caracterização do inquérito policial como inquisitivo não é apta a tornar o papel do advogado no inquérito policial a mero espectador inerte.

**75** Ainda que o eventual crime cometido por Januário e pelo referido político seja de ação penal pública incondicionada, a instauração do inquérito policial depende de notícia crime, fundada em documentação oficial, como um boletim de ocorrência, não sendo possível sua instauração apenas com base na divulgação de fato criminoso pela mídia.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O delegado, em crimes de ação penal pública incondicionada, poderá de ofício instaurar inquérito policial, independentemente de comunicação oficial, como um boletim de ocorrência ou denúncia, bastando haver a notícia crime, que poderá se dar por qualquer meio, inclusive a partir de fruto de matéria jornalística ou divulgação do fato criminoso nas mídias sociais. O delegado de polícia, portanto, não só poderá como deverá instaurar inquérito policial quando se deparar com um possível fato criminoso.

**76** O delegado não poderá lavrar auto de prisão em flagrante em face de Januário, mas poderá requerer ou cumprir mandado de prisão preventiva ou temporária expedido por autoridade judiciária competente.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Na situação hipotética, não estão preenchidos os requisitos da prisão em flagrante, e não há o alcance a nenhuma das hipóteses previstas no art. 302 do CPP, que trata do assunto. No caso, há ausência do quesito atualidade, necessário para configuração da situação flagrancial, uma vez que o fato supostamente criminoso ocorrerá sete dias antes da apresentação. Nada impede, contudo, que o delegado venha a requerer, ainda que durante a presença do investigado na delegacia, o mandado de prisão preventiva ou temporária, a ser expedido por autoridade competente. Não impede, no mesmo sentido, o cumprimento de mandado judicial de prisão.

A respeito da prisão em flagrante e dos vários aspectos relacionados a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

**77** O conduzido não poderá se negar à realização do exame de corpo de delito quando da lavratura do auto de prisão em flagrante.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Além da previsão constitucional de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (CF, art. 5.º, II), o conduzido não poderá ser submetido à força a procedimento que não deseja realizar (a não ser nas raríssimas hipóteses legais, como de identificação criminal e coleta de material genético), devendo aceitar, contudo, as possíveis consequências de tal escolha.

**78** Em razão da existência das audiências de custódia, não pode o delegado relaxar o flagrante realizado por policiais militares, ainda que eivado de vícios.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O delegado de polícia deve ser um filtro de legalidade das prisões em flagrante realizadas pela polícia ostensiva, não podendo se contentar ao papel de mero validador de suas ações. No momento em que o delegado vislumbra hipótese de ilegalidade na condução, especialmente em condutas atípicas, ele deve cumprir o direito e observar as garantias processuais e penais do conduzido, devendo relaxar a prisão ilegal. Do contrário, seria o delegado obrigado a dar sequência à ilegalidade sofrida pelo conduzido.

Com base no disposto na Lei n.º 9.099/1995, julgue os itens a seguir.

**79** A lavratura de termo circunstanciado de ocorrência não acarreta indiciamento do autor do fato.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A lavratura de termo circunstanciado se insere no contexto de busca por celeridade da lei de juizados especiais criminais (Lei n.º 9.099/1995) e de previsão de mecanismos de despenalização, o que inviabiliza (como regra) e desautoriza a lavratura de auto de prisão em flagrante e instauração de inquérito policial, dispensando análise de mérito aprofundada sobre autoria e materialidade, condição mínima necessária ao indiciamento.

**80** O indiciamento de beneficiário da suspensão condicional do processo por novo crime praticado durante a vigência do benefício implica revogação do *sursis* processual, devendo o juiz, nesse caso, determinar o prosseguimento do feito, sem prejuízo de outras medidas.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O *sursis* processual poderá ser revogado se, no curso do benefício, o *sursistário* vier a ser processado, e não indiciado, consoante art. 89, § 4.º, da Lei n.º 9.099/1995.

**81** Em se tratando de crimes de médio potencial ofensivo cuja ação penal seja pública incondicionada, o Ministério Público poderá oferecer transação penal, com aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Não se admite transação penal em crimes de médio potencial ofensivo (cuja pena privativa de liberdade mínima seja igual ou inferior a um ano e a máxima seja superior a 2 anos). A transação penal é admissível em crimes de menor potencial ofensivo (cuja pena privativa de liberdade não seja superior a 2 anos) e em contravenções penais.

Acerca da prisão, julgue os itens que se seguem.

- 82** Ainda que não haja testemunhas da infração penal, poderá ser realizado o auto de prisão em flagrante, caso em que o auto deverá ser assinado por duas testemunhas da apresentação do preso à autoridade e pelo condutor do flagrante.

JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com o § 2.º do art. 304 do Código de Processo Penal, “A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas testemunhas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade”.

- 83** Em caso de falta ou impedimento do escrivão, qualquer pessoa compromissada e designada pela autoridade pode lavrar o auto de prisão em flagrante.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Segundo art. 305 do Código de Processo Penal, “Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso”.

Considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal, julgue os próximos itens.

- 84** O preso, apesar de seu direito de permanecer calado, poderá indicar uma pessoa para ser comunicada de sua prisão e, se lei admitir a liberdade provisória sem fiança, ele não será mantido na prisão.

JUSTIFICATIVA - CERTO: Segundo o art. 5.º, incisos LXII, LXIII e LXVI, da CF, o preso tem o direito de permanecer calado, informar a sua prisão para a sua família ou para uma pessoa por ele indicada, bem como, se lei admitir a liberdade com ou sem fiança, o indivíduo não será mantido na prisão.

- 85** Segundo a Constituição Federal de 1988, o preso tem o direito de conhecer a identificação dos responsáveis pelo interrogatório policial.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, de acordo com a CF (art. 5.º; inciso LXIV).

Acerca da concepção e da evolução histórica dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

- 86** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi o primeiro documento normativo de alcance global a respeito desse assunto.

JUSTIFICATIVA - CERTO. De fato, a Declaração Universal de Direitos Humanos foi o primeiro documento internacional de alcance global — abrangendo quase a totalidade dos povos da Terra — a proclamar os direitos humanos, declarando que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

- 87** Ainda antes de Cristo, foram lançados os primeiros fundamentos intelectuais da igualdade essencial entre todos os homens e, por conseguinte, da afirmação da existência de direitos universais.

JUSTIFICATIVA - CERTO. É a partir do período axial que o ser humano passa a ser considerado, pela primeira vez na história, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças de sexo, raça, religião ou costumes sociais. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a ela inerentes.

- 88** Foi no período pós-Segunda Guerra Mundial que, pela primeira vez na história, foram positivados direitos humanos, em uma tentativa de reconstrução da sociedade marcada pelas atrocidades cometidas no regime nazista.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A Segunda Guerra Mundial findou em 1945, gerando uma forte reação dos organismos internacionais no sentido de restaurar, reconstruir e reforçar a concepção de direitos humanos, de dignidade humana e de igualdade entre todos os seres humanos. Contudo, mesmo antes desse período, que de fato tornou-se um marco histórico dos direitos humanos com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, diversos outros documentos, como declarações de independência de diversos países, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 da França e diversos outros documentos normativos já vinham positivando direitos humanos.

Com relação aos direitos humanos e responsabilidade do Estado e os direitos humanos na Constituição Federal, julgue os próximos itens.

- 89** O procurador-geral da República, a fim de assegurar o cumprimento de obrigações internacionais de direitos humanos das quais o Brasil faz parte, pode suscitar perante o STJ incidente de deslocamento de competência para a justiça federal.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o parágrafo 5.º do art. 109 da Constituição Federal de 1988, “Nas hipóteses de violação de Direitos Humanos, o Procurador Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações de correntes de tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou do processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”.

- 90** Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a prevalência dos direitos humanos.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A prevalência dos direitos humanos faz parte do rol de princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Tal item justifica-se pela redação do art. 4.º, II, da Constituição Federal de 1988. Em complemento, cita-se o art. 3.º, também da Constituição Federal de 1988, que traz o rol de objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre os quais não está inclusa a prevalência dos direitos humanos.

Espaço livre

Por meio da Política Nacional de Direitos Humanos do Brasil surgiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, que traz propostas para temas de debate nacional. O Programa também visa fazer com que todos os estados da Federação protejam os direitos humanos inseridos na Constituição Federal e nos tratados internacionais de que o Brasil é signatário.

Considerando a Política Nacional de Direitos Humanos, a Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos, julgue os itens a seguir.

**91** Segundo a Constituição Federal, a equiparação dos tratados internacionais de direitos humanos às emendas constitucionais depende de aprovação da maioria simples dos membros de cada casa do Congresso Nacional, em turno único.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Segundo o § 3.º do art. 5.º da CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

**92** Os temas trazidos pelo Programa Nacional de Direitos Humanos têm força normativa, ou seja, são considerados lei, já que foram discutidos previamente pelo Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Há três versões do Programa Nacional de Direitos Humanos já publicadas, tendo sido as duas primeiras elaboradas entre 1996 e 2002, e a última em 2009. O Programa Nacional de Direitos Humanos foi o primeiro do gênero na América Latina e o terceiro do mundo. Trata-se, porém, apenas de propostas para temas de debate nacional em matéria de direitos humanos, que não têm força normativa (ou seja, não são leis). Contudo, à medida que tais propostas forem apreciadas e discutidas pelo Congresso Nacional, poderão ser transformadas em leis federais.

Julgue os próximos itens, a respeito de Internet e *intranet*.

**93** Sendo o HTTPS um protocolo de segurança utilizado em redes privadas de computadores, infere-se que o endereço <https://intra.pcdf.df.br> identifica necessariamente um sítio localizado em um servidor de uma *intranet*.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Pode haver *intranet* sem HTTPS e HTTPS em sítios de Internet. Um dos serviços de segurança mais amplamente usados é o SSL (*secure sockets layer*) e o padrão de Internet dela decorrente é conhecido como TLS (*transport layer security*). O SSL é um serviço de uso geral implementado como um conjunto de protocolos que fazem uso do TCP.

**94** Considere que a sintaxe "velocidade do jaguar" -carro tenha sido utilizada em uma pesquisa no Google. Nesse caso, serão mostrados resultados que contenham a frase velocidade do jaguar, com essa correspondência exata, sem a palavra carro.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O uso sinal de hífen (-) antes de uma palavra em pesquisa no Google exclui tal palavra dos resultados. O uso das aspas, por sua vez, permite a pesquisa de uma correspondência exata.

**95** Caso se deseje ter acesso remoto a todos os aplicativos e recursos de um computador conectado em rede, de forma similar ao que ocorre no acesso local, é possível fazê-lo por meio de recursos disponibilizados na área de trabalho remota do Windows 10.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A área de trabalho remota do Windows 10 pode ser usada para conectar e controlar um computador a partir de um dispositivo remoto. Dessa forma, é possível usar outro dispositivo para se conectar ao computador em apreço e ter acesso a todos os seus aplicativos, arquivos e recursos de rede.

Julgue os seguintes itens, relativos a tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e *intranet*.

**96** Sempre que uma URL é salva pelo gerenciador de favoritos do Google Chrome, ela é sincronizada em todos os dispositivos utilizados pelo usuário, na sua conta do Google.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. As informações do usuário são salvas na sua conta do Google somente quando é ligada no Chrome a opção ativar e desativar a sincronização. Nesse caso, é possível ver e atualizar as informações em todos os dispositivos, como favoritos, histórico, senhas e outras configurações.

**97** Por meio de configurações do IMAP e do SMTP, é possível ler as mensagens do Gmail em aplicativos tais como o Apple Mail e o Microsoft Outlook.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Configurar o IMAP e alterar as configurações de SMTP permite ler as mensagens do Gmail em outros clientes de *email*, como o Microsoft Outlook e o Apple Mail.

**98** No PowerPoint do Office 365, uma alteração no *slide* mestre é aplicada a todos os *slides* nele embasados, incluindo as fontes e as imagens.

JUSTIFICATIVA - CERTO. No PowerPoint para Office 365, para que todos os *slides* contenham as mesmas fontes e imagens (como logotipos), deve-se fazer as alterações em um só lugar, o *slide* mestre. Quando se edita o *slide* mestre, todos os *slides* baseados nele conterão essas alterações.

**99** No Word do Office 365, o recurso controlar alterações é limitado à visualização das alterações realizadas, sem que se possa removê-las ou torná-las permanentes.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. No Word para Office 365, a ativação do recurso controlar alterações oferece uma maneira de fazer alterações fáceis de identificar. Elas são como sugestões que podem ser revisadas e depois removidas ou tornadas permanentes.

**100** No Office 365, tanto no Word quanto no PowerPoint, a função Limpar toda a formatação aplica no texto selecionado — que pode estar sobrescrito, em negrito e itálico e com fonte na cor vermelha, por exemplo — o estilo de formatação padrão.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Pode-se limpar facilmente toda a formatação (como negrito, sublinhado, itálico, cores, sobrescrito, subscrito e outros elementos) no texto e voltá-lo para estilos de formatação padrão. No Word, esse recurso encontra-se na guia Página inicial. Para utilizá-lo, no grupo Fonte deve-se clicar em Limpar toda a formatação. No PowerPoint, na guia Página inicial, no grupo Fonte, deve-se clicar em Limpar toda a formatação.

	A	B	C	D
1		Jan	Fev	TOTAL
2	Bicicleta	100	200	300
3	Brinquê	200	50	
4	Jogos	300	100	
5				

Tendo como referência a figura precedente, que apresenta parte de uma planilha sendo editada no Microsoft Office Excel, julgue os próximos itens.

**101** Considerando-se que a célula D2 contenha a fórmula  $=\text{B}\$2+\text{C}\$2$ , é correto concluir que, ao se arrastar a alça de preenchimento para baixo até a célula D4, o valor resultante nesta célula será 400.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O valor será 300, pois a fórmula em D4 também será  $=\text{B}\$2+\text{C}\$2$ .

100	200	300
200	50	300
300	100	300

**102** Considerando-se que a célula D5 contenha a fórmula  $=\text{SOMA}(\text{B}2:\text{C}4)$ , é correto afirmar que o valor resultante nessa célula será 200.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O valor será 950 que é a soma das células B2, B3, B4, C2, C3 e C4.

Julgue os itens a seguir, a respeito de redes de computadores.

**103** O modelo OSI (*open systems interconnection*) possibilita a conexão de diferentes redes de computadores com sistemas operacionais Windows; para acessar máquinas ligadas à rede com sistema Linux, é necessário instalar, nelas, um sistema operacional Windows, conforme modelo OSI implantado.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Um sistema aberto é um conjunto de protocolos que permite que dois sistemas diferentes se comuniquem independentemente de suas arquiteturas subjacentes. O propósito do modelo OSI é facilitar a comunicação entre sistemas diferentes sem a necessidade de se realizar mudanças na lógica do *hardware* e *software* de cada um deles.

**104** No modelo OSI (*open systems interconnection*), os dados trafegam entre sete camadas que se comunicam entre si por meio de serviços existentes nas interfaces entre camadas adjacentes. Quando são alterados, os serviços obrigam que as respectivas camadas adjacentes (superior e inferior) também sejam modificadas.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A passagem de cima para baixo de dados e informações de rede pelas camadas do dispositivo emissor e depois de volta através das camadas do dispositivo receptor é possível graças a uma interface entre cada par de camadas adjacentes. Cada interface define as informações e serviços que uma camada deve fornecer para a camada superior. Desde que uma camada forneça os serviços esperados para a camada superior, a implantação específica de suas funções pode ser modificada ou substituída, sem exigir mudanças nas camadas adjacentes.

**105** PPP (*point to point protocol*) é um protocolo de comunicação que permite a configuração de um endereço de rede temporário para conexão à Internet.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O PPP (*point to point protocol*) fornece a configuração do endereço de rede. Isso é particularmente útil quando um usuário doméstico precisa de um endereço de rede temporário para se conectar à Internet.

**106** O DTD (*document type definition*) define regras que obrigam a formatação da informação de forma descritiva dentro de um arquivo XML, como, por exemplo, o encadeamento dos atributos do dado.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O DTD (*document type definition*) contém metainformações de definições sintáticas sobre os elementos e atributos do documento XML, definindo como as marcas devem ser interpretadas por meio de várias regras, como o encadeamento de elementos, ligação de atributos a elementos ou valores permitidos para atributos.

A respeito de segurança e proteção na Internet, julgue os itens que se seguem.

**107** Para que as pragas virtuais denominadas *worms* ataquem o computador em uso, é necessário que se execute um arquivo do tipo *.bat*.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os *worms* não necessitam infectar outros arquivos para se multiplicar e normalmente se espalham usando recursos da rede. Ele não necessita que o usuário o acione, pois, por ser um programa completo, é autônomo.

**108** *Firewall* de *proxy* é um aplicativo de segurança que monitora e controla o tráfego de dados de uma rede interna para a rede externa e impede o ataque externo.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Um *firewall* de *proxy* funciona como a passagem de uma rede para outra. Servidores *proxy* podem oferecer recursos adicionais, como armazenamento em *cache* e segurança de conteúdo, ao evitar conexões diretas de fora da rede. No entanto, isso também pode afetar a capacidade de taxa de transferência e as aplicações que eles podem comportar.

Para ter acesso a um arquivo digital criptografado, um cibernauta deve testar uma senha de 8 dígitos composta pelos algarismos de 0 a 9, admitida a repetição. O cibernauta teve a informação prévia de que o arquivo foi criado no dia 23/12/19 e que o dia, o mês e o ano da criação do arquivo, representados por dois algarismos cada, estão presentes na senha, mas aparecem em ordem aleatória.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

**109** O número máximo de possibilidades de senhas que o cibernauta deve testar é inferior a 5.000.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O dia, mês e ano são valores fixos e compostos por dois algarismos cada, totalizando 6 posições da senha. Considerando  $p_1$  e  $p_2$  as duas posições restantes e que as posições  $p_1$  e  $p_2$  podem assumir os algarismos de 0 a 9. Como  $p_1$  e  $p_2$  assumem o mesmo conjunto de valores (algarismos de 0 a 9), não há necessariamente a geração de senhas distintas quando se atribuem valores para  $p_1$  e  $p_2$ . Por exemplo, as sequências  $p_1$ -dia- $p_2$ -ano-mês e  $p_2$ -dia- $p_1$ -ano-mês geram duas vezes cada senha, quando as posições  $p_1$  e  $p_2$  assumem os algarismos de 0 a 9. Logo, as possibilidades equivalem a  $(120 \times 10 \times 10)/2 = 6.000$ .

**110** Sem a informação de que o dia, o mês e o ano da criação do arquivo fazem parte da senha, a quantidade máxima de senhas a serem testadas pelo cibernauta seria de  $10^8$ .

JUSTIFICATIVA - CERTO. Em cada posição da senha, pode-se ter um algarismo de 0 a 9, ou seja, 10 possibilidades. Sendo 8 posições, ter-se-á  $10 \times 10 \dots \times 10 = 10^8$ .

Dos 3.250 candidatos inscritos em um concurso público com 160 vagas e apenas a aplicação de uma prova objetiva, 1,6% não compareceram para realizar a prova. Com base em eventos anteriores, os organizadores do certame conseguiram modelar o número  $N$  de candidatos que acertam o percentual  $P$  de questões da prova objetiva pela função

$$N(P) = -\frac{P^2}{10} + 10P.$$

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 111** De acordo com o modelo estabelecido, a quantidade de candidatos que acertará 80% das questões da prova objetiva é igual ao número de vagas oferecidas.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Sendo  $P = 80$ , na função, obtém-se 160.

- 112** Considerando-se apenas os candidatos que compareceram à prova objetiva, verifica-se que a concorrência do concurso foi superior a 20 candidatos por vaga.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Calculando-se 1,6% de 3.250, tem-se  $3.250 \times 0,016 = 52$ . Logo, compareceram 3.198 candidatos para realizar as provas objetivas. Considerando-se a proporção  $3.198/160 = 19,98$  candidatos por vaga.

Em uma loteria estadual, a aposta mínima permitida é de R\$ 2, a máxima é de R\$ 50 e o prêmio pago ao acertador é igual a 10 vezes o valor apostado. Um apostador iniciou apostando o valor mínimo e, não tendo sido contemplado, fez novas apostas, aumentando, a cada aposta, R\$ 2 no valor da aposta anterior.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 113** Se o jogador não tiver acertado nenhuma aposta, ele terá jogado 25 vezes ao apostar o valor máximo permitido.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Sendo uma PA, o  $n$ -ésimo termo, que é igual a R\$ 50, é dado pela equação  $50 = 2 + 2(n - 1)$ , obtendo-se  $n = 25$ .

- 114** Se o jogador vinha sempre errando suas apostas, mas acertou na décima aposta, o valor do prêmio recebido supera o valor total apostado em mais de R\$ 100.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O valor de cada aposta segue uma PA com  $a_1 = 2$  e razão  $r = 2$ . Logo na décima aposta o jogador apostou  $a_{10} = 2 + 2 \times 9 = \text{R\$ } 20$ , recebendo R\$ 200. Com as 10 apostas, o jogador gastou a soma dos 10 primeiros termos da PA  $S_{10} = \frac{(a_1 + a_{10})10}{2} = \text{R\$ } 110$ . Logo, o ganho líquido foi de R\$ 90.

Com relação a estruturas lógicas, lógica de argumentação e lógica proposicional, julgue os itens subsequentes.

- 115** A proposição “Se Paulo está mentindo, então Maria não está mentindo” é equivalente à proposição “Se Maria está mentindo, então Paulo não está mentindo”.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A proposição pode ser escrita como  $p \rightarrow m$  em que  $p, m$  são as seguintes proposições

$p$ : “Paulo está mentindo”.

$m$ : “Maria não está mentindo”.

A proposição  $p \rightarrow m$  é equivalente a  $(\sim m) \rightarrow (\sim p)$ , em que  $(\sim p)$ ,  $(\sim m)$  denotam, respectivamente, as negações das proposições  $p$  e  $m$ . Portanto  $p \rightarrow m$  é equivalente a “Se Maria está mentindo, então Paulo não está mentindo”.

- 116** A proposição  $[p \wedge q] \rightarrow [p \vee (\sim q)]$ , em que  $(\sim q)$  denota a negação da proposição  $q$ , só apresenta resultado verdadeiro quando a proposição  $p$  for verdadeira e a proposição  $q$  for falsa.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A tabela verdade a seguir mostra que, independentemente do valor das proposições, o resultado será sempre verdadeiro.

$p$	$q$	$p \wedge q$	$\sim q$	$p \vee (\sim q)$	$p \wedge q \rightarrow p \vee (\sim q)$
V	V	V	F	V	V
V	F	F	V	V	V
F	V	F	F	F	V
F	F	F	V	V	V

- 117** A negação da proposição “Todos são iguais perante a lei” é “Todos são diferentes perante a lei”.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A negação de “Todos são iguais perante a lei” é “Nem todos são iguais perante a lei” ou, ainda, “Existem indivíduos que são diferentes perante a lei”.

Espaço livre

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 118** Seis pessoas devem se reunir em uma mesa redonda, mas duas delas não podem se sentar uma ao lado da outra. Nessa situação, a quantidade de maneiras distintas de essas seis pessoas sentarem em torno dessa mesa é superior a 400.

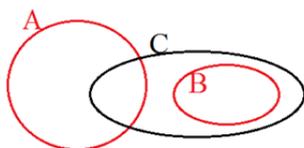
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Uma das pessoas que tem restrição de posicionamento na mesa tem seis possibilidades de tomar assento nessa mesa. A segunda pessoa com restrição teria então três possibilidades de tomar assento à mesa. Portanto as duas pessoas com restrição de posicionamento teriam  $6 \times 3 = 18$  possibilidades de posicionamento. Como as outras quatro pessoas podem se sentar em qualquer local, então tem-se  $18 \times 4! = 18 \times 24 = 432$  possibilidades de essas pessoas tomarem assento à mesa.

- 119** No processo de investigação de um crime, os suspeitos foram separados em três grupos, conforme mostra a tabela a seguir.

grupo A	indivíduos com motivação para cometer o crime
grupo B	indivíduos presentes na cena do crime no horário em que ele foi cometido
grupo C	indivíduos incapazes de provar que não estavam na cena do crime no horário em que ele foi cometido

Os grupos A e C têm elemento em comum e todos os indivíduos do grupo B também estão no grupo C. Nessa situação, é correto concluir que A e B têm algum elemento em comum.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Pode ocorrer de B estar contido propriamente em C, que  $(C - B) \cap A \neq \emptyset$  e que  $B \cap A = \emptyset$ .



- 120** Um foragido da justiça, que gostava de se exibir perante seus comparsas e conhecia um pouco de matemática, ligou para a polícia e passou as seguintes informações: “em 30 minutos, eu estarei na rua Alfa, em uma casa, do lado direito da rua, cujo número tem as seguintes características: é inferior a 1.000, o algarismo das centenas é igual ao número de diagonais de um retângulo e, além disso, a parte do número formada só pelos algarismos das dezenas e das unidades é múltiplo de 7”. Uma viatura foi deslocada para o intervalo de casas da rua Alfa correspondente ao algarismo das centenas revelado. Lá chegando, os policiais verificaram que, nesse trecho da rua Alfa, os números das casas tinham as seguintes características: os algarismos das dezenas e das unidades começavam de 01 e de uma casa para a próxima eram acrescentadas 8 unidades. Nessa situação, o número da casa informado pelo foragido é inferior a 250.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O número de diagonais de um retângulo é igual a 2. Por outro lado, os algarismos das dezenas e unidades que podem aparecer do lado direito da rua Alfa são: 01, 09, 17, 25, 33, 41, 49, 57, 65, 73, 81, 89 e 97. Desses, apenas o 49 é múltiplo de 7, logo o foragido estava na casa n.º 249.

Espaço livre

**-- PROVA DISCURSIVA --**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

De acordo com as **Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Femicídios**, feminicídio é uma expressão utilizada para denominar as mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua “condição” de mulher.

No Código Penal brasileiro, o feminicídio está definido como um crime hediondo, tipificado nos seguintes termos: é o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e(ou) menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Nomear e definir o problema é um passo importante, mas, para coibir o crime, é fundamental conhecer as características dos feminicídios, construindo-se um entendimento de que se referem a mortes decorrentes da desigualdade de gênero e que, muitas vezes, o assassinato é o desfecho de um histórico de violências. Nesse contexto, os feminicídios são considerados mortes evitáveis — ou seja, que não aconteceriam sem a convivência institucional e social às discriminações e violências contra as mulheres. Outro aspecto importante é a responsabilidade do Estado, que, por ação ou omissão, compactua com a perpetuação dessas mortes.

Os feminicídios acontecem tanto no âmbito privado como no público, em circunstâncias e contextos diversos, em que as discriminações e os menosprezos com a condição feminina assumem variadas formas, mais ou menos evidentes. São reveladores dessa discriminação os requintes de crueldade, especialmente em regiões do corpo associadas ao feminino, a prática de violência sexual, a imposição de sofrimento físico e mental e a existência de histórico de violência anterior ao episódio fatal.

Internet: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br> > (com adaptações).

---

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

**FEMINICÍDIOS**

Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- Comente sobre a importância da sanção da Lei do Femicídio (Lei n.º 13.104/2015). [valor: 9,50 pontos]
  - Aborde razões sociais e culturais que legitimam desigualdades de gênero e, conseqüentemente, culminam em feminicídios. [valor: 9,50 pontos]
  - Dê exemplos de medidas que podem ser adotadas pelo Estado para proteger as mulheres e prevenir a perpetuação dos feminicídios. [valor: 9,50 pontos]
-

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	